Demonstrações financeiras

Paraná Xisto S.A.

31 de dezembro de 2023
com Relatório do Auditor Independente

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras 1

Demonstrações financeiras auditadas

Balanço patrimonial 4
Demonstração do resultado 5
Demonstração do resultado abrangente 6
Demonstração da mutação do patrimônio líquido 7
Demonstração do fluxo de caixa 8
Notas explicativas às demonstrações financeiras 9

Edifício Statement
Avenida do Contorno, 5.800
16º e 17º andares - Savassi
30110-042 - Belo Horizonte - MG - Brasil
Tel: +55 31 3232-2100
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas e Diretoria da
Paraná Xisto S.A.
São Mateus do Sul - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Paraná Xisto S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Reapresentação das demonstrações financeiras

Conforme mencionado na nota explicativa 6 às demonstrações financeiras, devido a correção de erros por desvios de certas práticas contábeis e refazimento do laudo técnico do especialista externo da administração, que suportou a combinação de negócios através da qual a Companhia foi adquirida em 04 de novembro de 2022 descrito na referida nota explicativa. Em 14 de junho de 2024 e 13 de setembro de 2023 emitimos relatório de auditoria contendo opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras da Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022, que ora estão sendo reapresentadas. Consequentemente, a ressalva relacionada com o referido assunto, contida em nossos relatórios anteriormente emitidos, não é mais necessária e, portanto, nosso novo relatório, que substitui o anterior, não contém qualquer modificação.

Uma empresa-membro da Ernst & Young Global Limited

Building a better working world

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria;

Building a better working world

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 29 de abril de 2025.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/O

Daniel Cruz Arantes Campos
Contador CRC MG-091263/O

PARANÁ XISTO S.A.

Balanço patrimonial

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2023	2022
		Reapresentado	Reapresentado
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	17.549	24.636
Contas a receber de clientes	9	17.450	20.924
Partes relacionadas	15	72	40.317
Estoques	10	51.279	37.526
Contas a receber de arrendamentos	16.a	350	377
Imposto de renda e contribuição social	19.1	3.929	-
Impostos e contribuições	19.2	2.610	3.828
Despesas antecipadas		2.003	-
Outros ativos		3.888	953
		99.130	128.561
Não circulante			
Depósitos vinculados	8	19.596	31.877
Ativo fiscal diferido	19.1	64.734	46.922
Impostos e contribuições	19.2	10.706	3.476
Partes relacionadas	15	59.743	-
Contas a receber de arrendamentos	16.a	2.291	2.322
Adiantamento a terceiros		-	539
Imobilizado	11	113.726	122.986
Intangível	12	17.051	3
		287.847	208.125
Total		386.977	336.686

Passivo	Nota	2023	2022
		Reapresentado	Reapresentado
Circulante			
Fornecedores	13	35.821	47.063
Adiantamento de clientes	14	39.028	-
Passivo de arrendamento	16.b	3.535	3.041
Imposto de renda e contribuição social	19.1	3.106	11.240
Impostos e contribuições	19.2	41.762	9.740
Obrigações trabalhistas e sociais		8.164	1.045
Provisão para desmantelamento de áreas	17	14.256	10.145
Outros passivos		7.034	2.170
		152.706	84.444
Não circulante			
Passivo de arrendamento	16.b	1.121	2.178
Provisão para desmantelamento de áreas	17	75.543	94.203
Imposto de renda e contribuição social	19.1	10.042	-
Impostos e contribuições	19.2	21.064	-
Provisões para riscos	18	6.418	-
Outros passivos		168	-
		114.356	96.381
Patrimônio líquido			
Capital social integralizado	20.1	267.823	209.444
Reserva de capital	20.2	1.508	1.508
Reserva legal	20.3	587	587
Prejuízos acumulados		(150.003)	(55.678)
		119.915	155.861
Total		386.977	336.686

PARANÁ XISTO S.A.

Demonstração do resultado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e período de três meses compreendidos entre 1º de outubro e 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
		Reapresentado	Reapresentado
Receita líquida de vendas	21	421.017	124.044
Custo dos produtos vendidos	22.1	(447.120)	(96.995)
Lucro bruto		**(26.103)**	**27.049**
Despesas operacionais por natureza			
Vendas	22.2	(5.530)	(900)
Gerais e administrativas	22.3	(53.588)	(8.665)
Perda no valor de recuperação de ativos	4.1	-	(5.023)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	23	(710)	317
		(59.828)	**(14.271)**
Lucro (Prejuízo) antes do resultado financeiro e impostos		(85.931)	12.778
Resultado financeiro líquido	24	**(26.206)**	**2.375**
Despesas financeiras		(34.034)	(166)
Receitas financeiras		7.828	2.541
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos		(112.137)	15.153
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	19.1	-	(15.345)
Diferido	19.1	17.812	11.927
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício		(94.325)	11.735

PARANÁ XISTO S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e período de três meses compreendidos entre 1º de outubro e 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais)

	2023 Reapresentado	2022 Reapresentado
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício	(94.325)	11.735
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	(94.325)	11.735

PARANÁ XISTO S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e período de três meses compreendidos entre 1º de outubro e 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais)

	Capital subscrito e Integralizado	Reserva de Capital	Reserva Legal	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2021 (não auditado)	304	-	-	(428)	(124)
Aumento de capital com ativos operacionais incorporados	184.211	10.000	-	(66.398)	127.813
Aporte de capital	24.929	-	-	-	24.929
Recompra de ações	-	(8.492)	-	-	(8.492)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	11.735	11.735
Apropriação de lucro líquido em reserva	-	-	587	(587)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022 (reapresentado)	209.444	1.508	587	(55.678)	155.861
Aporte de capital	58.379	-	-	-	58.379
Prejuízo do exercício	-	-	-	(94.325)	(94.325)
Saldo em 31 de dezembro de 2023 (reapresentado)	267.823	1.508	587	(150.003)	119.915

PARANÁ XISTO S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e período de três meses compreendidos entre 1º de outubro e 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais)

	2023	2022
	Reapresentado	**Reapresentado**
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(94.325)	11.735
Ajustes ao lucro líquido (prejuízo) do exercício:		
Provisão para desmantelamento de áreas	(18.994)	1.422
Provisão para obsolescência e valor realizável líquido dos estoques	3.838	-
Provisão para riscos	4.034	
Depreciação e amortização	75.017	25.678
Perda no valor de recuperação de ativos - *Impairment*	-	5.023
Resultado financeiro	31.043	(304)
Baixa de ativos	15.064	-
Imposto de renda e contribuição social diferido e corrente	(17.812)	(3.418)
	(2.135)	**46.972**
(Aumento) redução nos ativos e passivos operacionais:		
Contas a receber de clientes	3.560	(20.530)
Estoques	(17.591)	(2.796)
Impostos a recuperar	(5.682)	3.514
Depósitos vinculados	12.281	(31.877)
Outros ativos	(3.550)	(1.492)
Despesas antecipadas	(2.003)	-
Fornecedores	(12.312)	46.630
Provisão para desmantelamento de áreas	(10.145)	-
Obrigações trabalhistas e sociais	7.119	1.045
Obrigações tributárias	48.084	5.635
Outros passivos e adiantamento de clientes	43.677	2.168
	63.438	**2.297**
Impostos pagos	(9.066)	-
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	**52.237**	**49.269**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de imobilizados e intangíveis	(95.673)	(669)
Mútuos concedidos a partes relacionadas	(19.029)	(40.295)
Arrendamento recebido	399	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(114.303)**	**(40.964)**
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Recompra de ações	-	(8.492)
Amortização de principal de arrendamento	(2.759)	(409)
Pagamento de juros de empréstimos e arrendamento	(641)	-
Integralização de capital	58.379	24.929
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	**54.979**	**16.028**
Redução (aumento) líquido do caixa e equivalentes de caixa	**(7.087)**	**24.333**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	24.636	303
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	17.549	24.636
Variação de caixa e equivalentes de caixa do exercício	**(7.087)**	**24.333**

1. A Companhia e suas operações

A Paraná Xisto S.A. ("Companhia" ou "PX"), sociedade anônima, de capital fechado, controlada pela Forbes Resources Brazil Holding S.A, ("FRBH") com sede e foro em São Mateus do Sul, Paraná, tem por objeto: (i) lavra, refino, processamento, comercialização, distribuição, importação, exportação, transporte e armazenamento de petróleo proveniente de poço, de xisto ou de outras rochas, seus derivados, correlatos e biocombustíveis; (ii) produção, distribuição e comercialização de utilidades tais como, energia elétrica, vapor, água, ar comprimido e gases industriais; e (iii) o exercício de quaisquer outras atividades correlatas e afins ao objeto social da companhia, inclusive a prestação de serviços.

Com capacidade instalada de 6 mil barris/dia, a Companhia tem como principais produtos: óleos combustíveis, óleo de xisto, GLP (gás liquefeito de petróleo), gás de xisto, nafta, enxofre e água de xisto.

A Companhia foi constituída em 05 de janeiro de 2021 como subsidiária integral da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobrás ("vendedora" ou "Petrobrás"), e em 11 de novembro de 2021, foi adquirida pela Forbes & Manhattan Resources Inc. ("F&MR") através do contrato de compra e venda assinado junto à Petrobrás ("transação").

Com o objetivo de ter uma holding brasileira para gestão das operações do grupo Forbes & Manhattan no Brasil, o Conselho de Administração da F&MR constituiu a Forbes Resources Brasil Holding S.A. ("FRBH") em 04 de julho de 2022.

Em 24 de outubro de 2022, foi realizada reunião do Conselho de Administração da F&MR, através da qual foi definido e aprovado a partir dessa data, a assunção integral, por parte da Forbes Resources Brazil Holding S.A., da posição contratual e das obrigações assumidas pela Forbes & Manhattan Resources Inc. ("FM&R") no âmbito do "Contrato de compra e venda de ações e outras avenças" celebrado entre a vendedora e a F&MR, com interveniência e anuência da Paraná Xisto, para aquisição da totalidade das ações de emissão da Paraná Xisto S.A.. Assim, a Forbes Resources Brazil Holding S.A. passou a figurar como adquirente em 24 de outubro de 2022, para todos os fins do contrato de compra e venda.

O fechamento da transação ocorreu mediante o cumprimento das condições precedentes e a realização dos atos de fechamento pré-estabelecidos no contrato de compra e venda, que foram encerrados por completo em 04 de novembro de 2022. A partir dessa data, a Forbes Resources Brasil Holding S.A assumiu o controle das operações da Paraná Xisto S.A.

1.1. Processo de desinvestimento da Companhia pela vendedora

A Unidade de Industrialização do Xisto ("SIX") fez parte do projeto de desinvestimento das refinarias da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras. A operação está em consonância com a Resolução nº 9/2019 do Conselho Nacional de Política Energética, que estabeleceu diretrizes para a promoção da livre concorrência na atividade de refino no país, e integra o compromisso firmado pela Petrobrás com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) para a abertura do setor de refino no Brasil.

Em 11 de novembro de 2021, a Petrobrás assinou com a Forbes & Manhattan Resources Inc. ("F&MR") o "Contrato de compra e venda de ações e outras avenças" para venda da totalidade das ações da SIX e seus ativos logísticos associados.

Em 19 de janeiro de 2022, transitou em julgado, a decisão pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) que permitiu a conclusão da operação de venda da Companhia.

Em 1º de outubro de 2022, em Assembleia Geral Extraordinária, a vendedora aprovou o aumento de capital da Paraná Xisto S.A., mediante o aporte de ativos operacionais cindidos da Unidade de Industrialização do Xisto (SIX), de propriedade da vendedora, no montante de R$ 194.211, de forma que R$ 184.211 foram incorporados ao capital social e R$ 10.000 foram incorporados à reserva de capital - vide nota explicativa 1.2.

Entre o período de constituição da Companhia (05 de janeiro de 2021) e data de incorporação dos ativos cindidos líquidos da Unidade de Industrialização do Xisto - SIX (1º de outubro de 2022), não houve movimentações e atividades operacionais relevantes e assim, a Companhia não apresentou demonstrações financeiras comparativas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Como parte da transação e conforme previsto no contrato de compra e venda, foi realizada a cessão total do Contrato de Concessão n º 102/2020 emitido pela Agência Nacional do Petróleo (ANP) em benefício da Paraná Xisto, a partir de 1º de outubro de 2022, conforme publicado no Diário Oficial. O referido contrato concede o direito de a Companhia realizar pesquisa e lavra de xisto betuminoso no município de São Mateus do Sul - Paraná, e possui uma duração de 27 anos a partir da data de sua assinatura. Desta forma, a Paraná Xisto tornou-se responsável pelo cumprimento de todas as cláusulas previstas no contrato de concessão, incluindo o cumprimento das obrigações e contraprestações ambientais decorrentes da operação de lavra de xisto, bem como processos de industrialização relacionados. Em virtude desse evento, a Companhia reconhece provisão para descomissionamento e recuperação das áreas exploradas e outras provisões com gastos ambientais, em atendimento à legislação ambiental vigente.

Com o fechamento da transação após o cumprimento das condições precedentes e assunção do controle da Companhia em 04 de novembro de 2022, a Forbes & Manhattan Resources Brazil Holding S.A. ("FRBH") realizou o pagamento de R$ 214.396 à Petrobras, valor que reflete o preço de compra de R$ 198.891, ajustado pela correção monetária e variações no capital de giro, dívida líquida e investimentos até data de fechamento da transação. Adicionalmente, compôs o valor da transação, o montante de R$ 62.122 a ser pago pela adquirente à vendedora referente ao fornecimento de borra oleosa ("lastro"). Assim, o valor da contraprestação total pela aquisição da totalidade das ações da Companhia é de R$ 276.518.

Por fim, como parte do contrato de compra e venda, foi firmado entre a adquirente e a vendedora, um contrato de prestação temporária de serviços ("TSA"), com prazo determinado, para que, sob controle e direcionamento da adquirente, houvesse a manutenção das atividades operacionais e administrativas dos ativos de refinaria durante o período de transição, assim como o cumprimento das normas de segurança pela Companhia sem maiores interrupções operacionais, uma vez que a transação de venda não englobou os empregados anteriormente lotados na refinaria. O contrato de prestação de serviços foi terminado pela Companhia em 1º. de setembro de 2023.

1.2 Incorporação dos ativos líquidos cindidos da Unidade de Industrialização do Xisto (SIX) – Petrobrás

Em 1º de outubro de 2022, a Petrobrás realizou o aumento de capital na Companhia através do aporte de ativos líquidos cindidos da Unidade de Industrialização do Xisto (SIX) no valor de R$ 194.211. O critério de avaliação do patrimônio líquido da Companhia, para fins da cisão, foi o valor contábil de seus ativos e passivos, com base no balanço patrimonial levantado em 30 de junho de 2022, conforme apresentado no Laudo de Avaliação Contábil do Acervo Patrimonial emitido por empresa independente e aprovado em Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 1º de outubro de 2022. Esta mesma AGE definiu que as variações patrimoniais verificadas na Unidade de Industrialização do Xisto (SIX) entre a data-base de elaboração do laudo (30 de junho de 2022) e a data efetiva da cisão (1º de outubro de 2022), seriam apropriadas pela incorporadora (Paraná Xisto S.A) e registradas em conta de prejuízos acumulados. Dessa forma, em 1º de outubro de 2022, a Companhia reconheceu como transação de capital o montante de R$ 66.398, em função, principalmente, de obrigações relacionadas a gastos ambientais, desmantelamento e recuperação de áreas no escopo da cessão do contrato de concessão da ANP.

Segue abaixo a composição dos ativos cindidos líquidos aportados na Companhia em 1º de outubro de 2022, líquidos das variações patrimoniais reconhecidas como transação de capital nos prejuízos acumulados:

	R$ mil
	01/10/2022
Ativo	
Circulante	
Estoques	34.730
Impostos e Contribuições	596
	35.326
Não Circulante	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	34.995
Impostos e Contribuições	10.222
Imobilizado	150.196
	195.413
Passivo	
Não circulante	
Provisão para desmantelamento de áreas e gastos ambientais	(102.926)
Total dos ativos cindidos, líquidos	**127.813**

1.3 Situação econômico-financeira da Companhia

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentou prejuízo de R$ 94.325 (lucro líquido de R$ 11.735 no período de três meses compreendido entre 1º de outubro e 31 de dezembro de 2022) e capital circulante líquido negativo de R$ 53.576 (capital circulante líquido positivo de R$ 44.117 em 31 de dezembro de 2022).

Desde a assunção do controle da Companhia, o grupo Forbes & Manhattan vem estruturando a operação para que a mesma seja eficiente, tenha uma forte geração de caixa nos próximos exercícios e mantenha os níveis de alavancagem adequados ao negócio e segmento de atuação do grupo.

Na avaliação da Administração, o uso do pressuposto de continuidade operacional na preparação das demonstrações financeiras é suportado pelas previsões de fluxo de caixa de curto e longo prazo das operações, a realização de ativos e o cumprimento de passivos e compromissos no curso normal dos negócios, em conformidade com o plano de negócios elaborado pela Administração, revisado e aprovado pela Diretoria da Companhia.

A Administração acredita que as premissas utilizadas para estimar os resultados financeiros da Companhia são prudentes, porém quaisquer mudanças no cenário macroeconômico podem ter impactos adversos na capacidade da Companhia de cumprir suas obrigações de curto prazo. Caso a geração de caixa da Companhia, juntamente com suas reservas de caixa atuais, não sejam suficientes para financiar seus passivos de curto prazo, a Administração buscará antecipadamente apoio financeiro de seus acionistas ou outras formas de ingresso de capital.

Em conclusão, embora haja incerteza material sobre a capacidade de a Companhia continuar em operação, as demonstrações financeiras não incluem quaisquer ajustes que possam resultar da incapacidade de continuar operando ao menos pelos próximos 12 meses a partir da data das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade dos negócios da Companhia.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”), emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão apresentadas nas respectivas notas explicativas.

Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e julgamentos relevantes que requerem maior nível de julgamento e complexidade estão divulgados na nota explicativa 4.

A diretoria da Companhia autorizou a divulgação destas demonstrações financeiras em 29 de abril de 2025.

2.1. Moeda funcional

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, a moeda funcional da Companhia, uma vez que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operação.

3. Sumário das principais práticas contábeis

Para melhor compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicadas na preparação das demonstrações financeiras, as principais práticas contábeis da Companhia são apresentadas nas respectivas notas explicativas que tratam dos temas de suas aplicações.

3.1. Instrumentos financeiros

Instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

3.1.1. Ativos financeiros

a) Reconhecimento e mensuração inicial

Um ativo financeiro é reconhecido quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Exceto por contas a receber de clientes que não contiverem componente de financiamento significativo e ativos financeiros mensurados ao valor justo, no reconhecimento inicial, ativos financeiros são mensurados a valor justo adicionado ou deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou à emissão de tais ativos.

b) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros são classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue:

i) Custo amortizado: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;

ii) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda, bem como investimentos em instrumentos patrimoniais não mantidos para negociação nem contraprestação contingente, que no reconhecimento inicial, a Companhia elegeu de forma irrevogável por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes; e

iii) Valor justo por meio do resultado: todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos.

3.1.2. Passivos Financeiros

a) Reconhecimento e mensuração inicial

Um passivo financeiro é reconhecido quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Exceto por passivos financeiros mensurados ao valor justo, no reconhecimento inicial, passivos financeiros são mensurados a valor justo adicionado ou deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou à emissão de tais passivos.

b) Classificação e mensuração subsequente

Passivos financeiros são classificados como mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Financiamentos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Quando passivos financeiros mensurados a custo amortizado tem seus termos contratuais modificados e tal modificação não for substancial, seus saldos contábeis refletirão o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento remensurado quando da modificação não substancial dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior a tal modificação é reconhecida como ganho ou perda no resultado do período.

A Companhia não teve modificação substancial que tenha alterado o fluxo de caixa de seus passivos financeiros mensurados a custo amortizado, portanto, refletem o valor presente dos seus fluxos de caixa.

3.2. Classificação circulante versus não circulante

Os ativos e passivos são apresentados pela Companhia no balanço patrimonial e classificados em circulante e não circulante. Um ativo é classificado como circulante quando:

• Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
• Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
• Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e
• É caixa ou equivalente de caixa, a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

Um passivo é classificado como não circulante quando:

• Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade;
• Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
• Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; ou
• A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais passivos são classificados como não circulantes.

3.3. Determinação do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: (i) no mercado principal para o ativo ou passivo; ou (ii) na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo.

O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso.

A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

• Nível 1 - Preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

• Nível 2 - Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável.

• Nível 3 - Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não seja observável.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Empresa determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação.

Para fins de divulgações do valor justo, a Companhia determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicado.

4. Estimativas e julgamentos relevantes

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração. Os resultados reais podem diferir dos valores estimados.

A seguir são apresentadas informações sobre as estimativas que requerem elevado nível de julgamento ou complexidade em sua aplicação e que podem afetar materialmente a situação financeira e os resultados da Companhia.

4.1. Premissas para testes de recuperabilidade de ativos - *Impairment*

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa (UGC) é o maior entre o valor em uso (VIU) e o valor justo menos despesas de venda (VLJMV). Dada a natureza das atividades da Companhia, a informação sobre o justo valor de um ativo é geralmente difícil de obter, a menos que as negociações com potenciais compradores ou transações semelhantes estejam disponíveis.

As projeções relacionadas às premissas-chave derivam do plano de negócios e gestão para os primeiros cinco anos, e são consistentes com o plano estratégico para os anos subsequentes. Tais projeções se baseiam nas quantidades estimadas de minerais recuperáveis, níveis de produção, custos operacionais, necessidades de capital e em informações de mercado, tais como previsões macroeconômicas independentes, análises da indústria e de especialistas.

O modelo de previsão de preços da companhia é baseado em uma relação não linear entre as variáveis que visam representar os fundamentos de oferta e demanda do mercado.

Mudanças no ambiente econômico podem gerar alterações de premissas e, consequentemente, o reconhecimento de perdas por desvalorização em certos ativos ou UGCs.

Mudanças no ambiente econômico e político podem também resultar em projeções de risco-país mais altas ocasionando elevação nas taxas de desconto usadas nos testes de impairment.

O valor recuperável de determinados ativos pode não exceder substancialmente seus valores contábeis e, por esta razão, é razoavelmente possível que perdas por desvalorização sejam reconhecidas nestes ativos nos próximos anos devido à observação de uma realidade distinta em relação às premissas assumidas.

Em 04 de novembro de 2022, como parte do contrato de compra e venda através do qual a Companhia foi adquirida pela Forbes Resources Brazil Holding S.A., foram arrendados certos ativos imobilizados para a vendedora, que tiveram perda reconhecida por desvalorização do valor recuperável. O montante foi reconhecido na data da transação.

Não foram identificados indicadores de perda pelo valor recuperável para os ativos da Companhia em 31 de dezembro de 2023.

4.2. Estimativas relacionadas a processos judiciais e contingências

Essas estimativas são realizadas de forma individualizada ou por agrupamento de casos com teses semelhantes e essencialmente levam em consideração fatores como a análise dos pedidos realizados pelos autores, robustez das provas existentes, precedentes jurisprudenciais de casos semelhantes e doutrina sobre o tema.

Decisões arbitrais, judiciais e administrativas em ações contra a Companhia, nova jurisprudência e alterações no conjunto de provas existentes podem resultar na alteração na probabilidade de saída de recursos e suas mensurações mediante análise de seus fundamentos.

Em conexão com o processo de desinvestimento dos ativos da Unidade de Industrialização do Xisto (SIX) , discussões judiciais anteriores à data de cisão dos ativos posteriormente incorporados pela Companhia, permaneceram sob responsabilidade da vendedora. Adicionalmente, em consonância com o Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças, eventuais questionamentos que decorram de eventos nos quais o fato gerador tenha ocorrido antes e até da Data de Fechamento serão de responsabilidade da vendedora.

4.3. Estimativas de custos com obrigações de recuperação ambiental de áreas

As estimativas de custos com obrigações de recuperação ambiental das áreas exploradas são realizadas com base nas informações atuais sobre custos e planos de recuperação esperados. Os cálculos das referidas estimativas são complexos e envolvem julgamentos significativos por parte da Administração e seus especialistas externos. A provisão reflete o valor presente dos fluxos de caixa futuros necessários para liquidar a obrigação de recuperação, com base em normas legais vigentes e tecnologia disponível. Anualmente, ao final do exercício, os custos futuros de recuperação são revistos e todas as alterações são refletidas no valor presente da provisão de recuperação.

4.4. Tributos diferidos sobre o lucro

A companhia realiza julgamentos para determinar o reconhecimento e o valor dos tributos diferidos nas demonstrações financeiras. Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos se for provável a existência de lucros tributáveis futuros. A determinação do reconhecimento de ativos fiscais diferidos requer a utilização de estimativas contidas no Plano Estratégico da Companhia a ser aprovado anualmente. Esse plano contém as principais premissas que suportam a mensuração dos lucros tributáveis futuros.

4.5. Provisão para perdas de crédito esperado

A provisão de perdas de crédito esperadas (PCE) para ativos financeiros se baseia em premissas de risco de *default*, determinação da ocorrência ou não de aumento significativo no risco de crédito, fator de recuperação, entre outras. Para tal, a companhia utiliza julgamentos nessas premissas, além de informações sobre atrasos nos pagamentos e avaliações do instrumento financeiro com base em classificações externas de riscos e metodologias internas de avaliação.

4.6. Arrendamentos

A Companhia utiliza a taxa incremental de juros para descontar os fluxos de caixa dos pagamentos de arrendamentos, ponderando a taxa que a Companhia teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar.

5. Novas Normas e Interpretações

5.1. International Accounting Standards Board (IASB)

A seguir são apresentados os principais normativos contábeis em análise pelo CPC, que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2022:

Norma	Descrição	Data de vigência
Alterações no CPC 37 (R1), CPC 48, CPC 29, CPC 27, CPC 25 e CPC 15 (R1)	As alterações aos pronunciamentos acima são em decorrência das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias entre 2018 e 2020, tais como: • Contrato Oneroso – custos de cumprimento de contrato; • Ativo imobilizado – vendas antes do uso pretendido; e • Referências à Estrutura conceitual.	Essas alterações não tiveram impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.
IFRS 9 Financial Instruments - Taxas no teste de '10 por cento' para baixa de passivos financeiros (equivalente ao CPC 48 - Instrumentos Financeiros)	A alteração esclarece as taxas que uma entidade inclui ao avaliar se os termos de um passivo financeiro novo ou modificado são substancialmente diferentes dos termos do passivo financeiro original. Essas taxas incluem apenas aquelas pagas ou recebidas entre o mutuário e o credor, incluindo as taxas pagas ou recebidas pelo mutuário ou pelo credor em nome do outro.	Essas alterações não tiveram impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

Os principais normativos emitidos pelo IASB/CPC que ainda não entraram em vigor e não tiveram adoção antecipada pela companhia até 31 de dezembro de 2023 são:

Norma	Descrição	Data de vigência
Lease Liability in a Sale and Leaseback - Amendments to IFRS 16/ Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 23	*Adiciona requerimentos que especificam que o vendedor-arrendatário deve mensurar subsequentemente o passivo de arrendamento derivado da transferência de ativo - que atende aos requisitos do IFRS 15 para ser contabilizada como venda - e retroarrendamento (Sale and Leaseback) de forma que não seja reconhecido ganho ou perda referente ao direito de uso retido na transação.*	1º de janeiro de 2024, aplicação retrospectiva.
Classification of Liabilities as Current or Non-current / Non-current Liabilities with Covenants- Amendments to IAS 1	*As emendas estabelecem que o passivo deve ser classificado como circulante quando a entidade não tem o direito no final do período de reporte de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após o período de reporte. Entre outras orientações, as emendas determinam que a classificação de um passivo não é afetada pela probabilidade de exercício do direito de diferir a liquidação do passivo. Adicionalmente, segundo as emendas, apenas covenants cujo cumprimento é obrigatório antes do, ou, no final do período de reporte devem afetar a classificação de um passivo como circulante ou não circulante. Divulgações adicionais também são requeridas pelas emendas, incluindo informações sobre passivos não circulantes com cláusulas restritivas covenants cujo cumprimento é obrigatório em até 12 meses após a data de reporte.*	1º de janeiro de 2024, aplicação retrospectiva.
Supplier Finance Arrangements - Amendments to IAS 7 and IFRS 7 / Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 24	*As emendas estabelecem as características dos acordos de financiamento envolvendo fornecedores e, que devem ser divulgadas determinadas informações relacionadas a tais acordos de forma a possibilitar a avaliação dos efeitos deles sobre os passivos, fluxos de caixa e a exposição ao risco de liquidez.*	1º de janeiro de 2024 com regras de transição específicas.
Lack of Exchangeability - Amendments to IAS 21	*As emendas estabelecem que quando uma moeda não for permutável por outra na data da mensuração, a taxa de câmbio à vista deve ser estimada. Adicionalmente, as emendas orientam sobre como avaliar a permutabilidade entre moedas e como determinar a taxa de câmbio à vista quando da ausência da permutabilidade.* *Quando a taxa de câmbio à vista for estimada porque uma moeda não é permutável por outra moeda, devem ser divulgadas informações que permitam entender como a moeda não permutável por outra moeda afeta, ou se espera que afete, a demonstração do resultado, o balanço patrimonial e a demonstração dos fluxos de caixa.*	1º de janeiro de 2025 com regras de transição específicas

Em relação aos normativos - Amendments to IFRS 16 e Amendments to IAS 1 em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024, de acordo com as avaliações realizadas, a Companhia estima que não há impactos materiais na aplicação inicial em suas demonstrações financeiras. Em relação ao Amendments to IAS 7 and IFRS 7, o impacto esperado é de divulgação adicional.

Quanto aos normativos que entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025, a Companhia está avaliando os efeitos da aplicação inicial em suas demonstrações contábeis.

6. Reapresentação para correção de erros

Com o objetivo de atender os requerimentos do CPC 15 (R1) /IFRS 3 – Combinação de Negócio, a administração reengajou seus consultores externos para o refazimento do laudo de avaliação dos ativos adquiridos e passivos assumidos nas condições existentes na data de aquisição. A partir do laudo de avaliação refeito e identificação de erros por desvios de certas práticas contábeis adotadas no Brasil e às normas contábeis internacionais (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), a administração procedeu com a correção de tais erros e realizou a reapresentação das demonstrações financeiras originalmente emitidas, referente aos exercícios findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

Os valores correspondentes estão sendo reapresentados nas demonstrações financeiras da seguinte forma:

i) Referente a 31 de dezembro de 2022:

Balanço patrimonial

Ativo	Nota	2022 Originalmente apresentado	Ajustes	2022 Reapresentado
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa		24.636	-	24.636
Contas a receber de clientes		20.924		20.924
Partes relacionadas		40.317	-	40.317
Estoques	A	37.083	443	37.526
Arrendamentos		377	-	377
Imposto de renda e contribuição social	H	5	(5)	-
Impostos e contribuições	K	3.823	5	3.828
Outros ativos		953	-	953
		128.118	443	128.561
Não circulante			-	
Depósito vinculado		31.877	-	31.877
Imposto de renda e contribuição social diferidos	H	37.678	9.244	46.922
Impostos e contribuições	a/i	6.779	(3.303)	3.476
Contas a receber de arrendamentos		2.322	-	2.322
Adiantamento a terceiros		539	-	539
Imobilizado	B	141.307	(18.321)	122.986
Intangível		3	-	3
		220.505	(12.380)	208.125
Total		**348.623**	**(11.937)**	**336.686**

Passivo	Nota	2022 Originalmente apresentado	Ajustes	2022 Reapresentado
Circulante				
Fornecedores		47.063	-	47.063
Passivo de arrendamento		3.041	-	3.041
Imposto de renda e contribuição social	h	10.905	335	11.240
Impostos e contribuições		9.740	-	9.740
Salários férias e encargos		1.045	-	1.045
Provisão para desmantelamento de áreas		-	10.145	10.145
Outros passivos		2.172	(2)	2.170
		73.966	10.478	84.444
Não circulante				
Arrendamentos		2.178	-	2.178
Provisão para desmantelamento de áreas		104.348	(10.145)	94.203
		106.526	(10.145	96.381
Patrimônio líquido				
Capital social		209.444	-	209.444
Reserva de capital		1.508	-	1.508
Reserva legal	J	-	587	587
Reserva de dividendos	J	2.787	(2.787)	-
Prejuízos acumulados	j	(45.608)	(10.070)	(55.678)
		168.131	(12.270)	155.861
Total		**348.623**	**(11.937)**	**336.686**

Demonstração do Resultado

	Nota	2022 Originalmente Apresentado	Ajustes	2022 Reapresentado
Receita de vendas		124.044	-	124.044
Custo dos produtos vendidos	b	(73.613)	(23.382)	(96.995)
Lucro bruto		50.431	(23.382)	27.049
Despesas e receitas operacionais				
Vendas		(2.914)	(2.014)	(900)
Gerais e administrativas		(8.665)	-	(8.665)
Tributárias	a/i	(189)	189	-
Perda no valor de recuperação de ativos – *Impairment*		(5.023)	-	(5.023)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	k	319	(2)	317
		(16.472)	2.201	(14.271)
Lucro antes do resultado financeiro e impostos		33.959	(21.181)	12.778
Resultado financeiro líquido		2.375	-	2.375
Despesas financeiras		(166)	-	(166)
Receitas financeiras		2.541	-	2.541
Lucro antes dos impostos		36.334	(21.181)	15.153
Imposto de renda e contribuição social	h	(12.328)	8.910	(3.418)
Lucro líquido do exercício		**24.006**	**(12.271)**	**11.735**

Demonstração do Resultado Abrangente

	Nota	2022 Originalmente apresentado	Ajustes	2022 Reapresentado
Lucro líquido do exercício	j	24.006	(12.271)	11.735
Outros resultados abrangentes		-	-	-
Resultado abrangente total		**24.006**	**(12.271)**	**11.735**

Demonstração do Fluxo de Caixa

	Nota	2022 Originalmente Apresentado	Ajustes	2022 Reapresentado
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Resultado do exercício	J	24.006	(12.271)	11.735
Ajustes ao resultado do exercício				
Provisão para desmantelamento de áreas		-	1.422	1.422
Depreciação e amortização	a/b	7.357	18.321	25.678
Perda no valor de recuperação de ativos – Impairment		5.023	-	5.023
Resultado financeiro		362	(666)	(304)
Imposto de renda e contribuição social diferido e corrente	H	(2.683)	6.101	3.418
		34.065	12.907	46.972
Redução (aumento) de ativos e passivos				
Contas a receber de clientes		(20.530)	-	(20.530)
Estoques	C	(2.353)	(443)	(2.796)
Impostos a recuperar		-	3.514	3.514
Depósitos vinculados		(31.123)	(754)	(31.877)
Outros ativos		(1.492)	-	(1.492)
Despesas antecipadas		-	-	-
Fornecedores		46.630	-	46.630
Pagamento de custos com recuperação ambiental		-	-	-
Obrigações trabalhistas e sociais		-	1.045	1.045
Obrigações tributárias	I	20.558	(14.923)	5.635
Outros passivos e adiantamento de clientes		3.219	(1.051)	2.168
		14.909	(12.612)	2.297
Caixa líquido (aplicado nas) gerados pelas atividades operacionais		48.974	295	49.269
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aquisições de Imobilizados e intangíveis		(669)	-	(669)
Mútuos concedidos a partes relacionadas		-	(40.295)	(40.295)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(669)	(40.295)	(40.964)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento				
Recompra de ações		(8.492)	-	(8.492)
Amortização de arrendamento		(409)	-	(409)
Pagamento de juros de empréstimo e arrendamento		-	-	-
Integralização de capital		24.929	-	24.929
Empréstimos concedidos		(40.000)	40.000	-
Recursos líquidos gerados pelas atividades de financiamento		(23.972)	40.000	16.028
Aumento de caixa e equivalentes de caixa no exercício		**24.333**	**-**	**24.333**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		303	**-**	303
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		24.636	-	24.636
Variação de caixa e equivalentes de caixa do exercício		**24.333**	**-**	**24.333**

ii) Referente a 31 de dezembro de 2023

Balanço patrimonial

Ativo	Nota	2023 Originalmente apresentado	Ajustes	2023 Reapresentado
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa		17.549	-	17.549
Contas a receber de cliente		17.450	-	17.450
Partes relacionadas		72	-	72
Estoques	D	53.092	(1.813)	51.279
Arrendamentos		350	-	350
Imposto de renda e contribuição social		4.264	(335)	3.929
Impostos e contribuições		2.610	-	2.610
Outros ativos		3.888	-	3.888
Despesas antecipadas		-	2.003	2.003
		99.275	(145)	99.130
Não circulante				
Realizável a longo prazo				
Depósito vinculado		19.596	-	19.596
Imposto de renda e contribuição social diferidos	b/h	31.058	33.676	64.734
Impostos e contribuições		10.706	-	10.706
Partes relacionadas	P	58.431	1.312	59.743
Arrendamentos		2.291	-	2.291
Imobilizado	B	174.685	(60.959)	113.726
Intangível	L	23.015	(5.964)	17.051
		319.782	(31.935)	287.847
			-	
Total		**419.057**	**(32.080)**	**386.977**

Passivo	Nota	2023 Originalmente apresentado	Ajustes	2023 Reapresentado
Circulante				
Fornecedores	k	39.141	(3.320)	35.821
Adiantamento de clientes		39.028	-	39.028
Passivo de arrendamentos		3.535	-	3.535
Imposto de renda e contribuição social	h	-	3.106	3.106
Impostos e contribuições	l	41.349	413	41.762
Obrigações trabalhistas e sociais	k	5.777	2.387	8.164
Provisão para desmantelamento de áreas	q	-	14.256	14.256
Outros passivos	m	7.418	(384)	7.034
		136.248	16.458	152.706
			-	
Não circulante				
				1.121
Passivo de Arrendamentos		1.121	-	
Provisão para desmantelamento de áreas	q	85.214	(9.671)	75.543
Imposto de renda e contribuição social		-	10.042	10.042
Impostos e contribuições	h	30.510	(9.446)	21.064
Provisão para riscos	f	-	6.418	6.418
Outros passivos		168	-	168
		117.013	(2.657)	114.356
			-	
Patrimônio líquido				
Capital social integralizado		267.823	-	267.823
Reserva de capital		1.508	-	1.508
Reserva legal	J	1.004	(417)	587
Prejuízos acumulados	j	(104.539)	(45.464)	(150.003)
		165.796	(45.881)	119.915
Total		**419.057**	**(32.080)**	**386.977**

Demonstração do Resultado

	Nota	2023 Originalmente Apresentado	Ajustes	2023 Reapresentado
Receita de vendas	g	421.761	(744)	421.017
Custo dos produtos vendidos	a/d	(379.817)	(67.303)	(447.120)
Lucro bruto		41.944	(68.047)	(26.103)
Despesas operacionais por natureza				
Vendas		(22.629)	17.099	(5.530)
Gerais e administrativas	a	(47.624)	(5.964)	(53.588)
Tributárias	k	(1.388)	1.388	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	f	144	(854)	(710)
		(71.497)	11.669	(59.828)
Prejuízo antes do resultado financeiro e impostos		(29.553)	(56.378)	(85.931)
Resultado financeiro líquido		(19.229)	(6.977)	(26.206)
Despesas financeiras	f/g	(26.084)	(7.950)	(34.034)
Receitas financeiras	k	6.855	973	7.828
Prejuízo antes dos impostos		(48.782)	(63.355)	(112.137)
Imposto de renda e contribuição social				
Diferido	h	(6.620)	24.432	17.812
Prejuízo do exercício		**(55.402)**	**(38.923)**	**(94.325)**

Demonstração do Resultado Abrangente

	Nota	2023 Originalmente Apresentado	Ajustes	2023 Reapresentado
Prejuízo do exercício	j	(55.402)	(38.923)	(94.325)
Outros resultados abrangentes		-	-	-
Resultado abrangente total		(55.402)	(38.923)	(94.325)

	Nota	2023 Originalmente apresentado	Ajustes	2023 Reapresentado
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Resultado do exercício	j	(55.402)	(38.923)	(94.325)
Ajustes ao resultado do exercício				
Provisão para desmantelamento de áreas		(19.134)	140	(18.994)
Provisão para obsolescência e valor realizável líquido	e	1.861	1.977	3.838
Provisão para riscos tributários	F	-	4.034	4.034
Depreciação e amortização	a/d	43.410	31.607	75.017
Resultado financeiro	o	1.110	29.933	31.043
Baixa do ativo imobilizado	n/l	-	15.064	15.064
Imposto de renda e contribuição social diferidos	h	6.620	(24.432)	(17.812)
		(21.535)	19.400	(2.135)
(Aumento) redução nos ativos e passivos operacionais:				
Contas a receber de clientes	k	3.474	86	3.560
Estoques	d	(17.427)	(164)	(17.591)
Impostos a recuperar	i	(6.017)	335	(5.682)
Depósitos vinculados		12.281	-	12.281
Contas a receber de arrendamentos		58	(58)	-
Outros ativos		(2.395)	(1.155)	(3.550)
Despesas antecipadas		-	(2.003)	(2.003)
Fornecedores e contas a pagar	K	(7.921)	(4.391)	(12.312)
Pagamentos de custos com recuperação ambiental		-	(10.145)	(10.145)
Obrigações trabalhistas e sociais	K	4.732	2.387	7.119
Impostos e contribuições	l	56.022	(7.938)	48.084
Outros passivos e adiantamento de clientes	k	44.440	(763)	43.677
		87.247	**(23.809)**	**63.438**
Impostos pagos		(9.707)	641	(9.066)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais		**56.005**	**(3.768)**	**52.237**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aquisições de imobilizados e intangíveis		(100.057)	4.384	(95.673)
Mútuos concedidos a partes relacionadas		-	(19.029)	(19.029)
Recebimento de principal e juros de arrendamento		-	399	399
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		**(100.057)**	**(14.246)**	**(114.303)**
Fluxo de caixa de atividades de financiamento				
Amortização de principal de arrendamento		(2.759)	-	(2.759)
Pagamento de juros de empréstimo e arrendamento		-	(641)	(641)
Integralização de capital		58.379	-	58.379
Mútuos captados		(18.655)	18.655	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		**36.965**	**18.014**	**54.979**
Redução líquida do caixa e equivalentes de caixa		**(7.087)**	**-**	**(7.087)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		24.636	-	24.636
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		17.549	-	17.549
Variação de caixa e equivalentes de caixa no exercício		**(7.087)**	**-**	**(7.087)**

a) Ajustes de depreciação do ativo imobilizado referente aos custos capitalizados decorrente da parada programada para manutenção da planta e seus respectivos efeitos fiscais (PIS e COFINS);

b) reavaliação da vida útil do ativo imobilizado adquirido com efeitos na PX e Forbes Brazil com efeitos na depreciação em 2023 e 2022;
c) Ajustes no estoque em decorrência dos efeitos reflexos da depreciação dos ativos imobilizados e seus efeitos fiscais;
d) Ajuste de estoques em poder de terceiros a partir dos procedimentos de confirmação realizados pela equipe de auditoria;
e) Ajuste decorrente de constituição para perda por obsolescência de estoques;
f) Reconhecimento de provisão para riscos decorrentes de não recolhimento de ICMS sobre vendas realizadas pela Companhia a partir do Terin (armazém terceiro). Na demonstração do resultado, o valor do principal constituído como provisão para riscos foi apresentado como Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas e o valor correspondente a multa e juros foi apresentado como despesas financeiras.
g) Reclassificação de descontos condicionais concedidos firmados em contratos de venda para deduções da receita conforme dispõe o CPC 47. Anteriormente, tais descontos haviam sido apresentados como despesa financeira.
h) Efeitos fiscais nos impostos diretos – corrente e diferido - decorrente dos ajustes acima mencionados. Tais ajustes foram testados pela equipe de impostos da EY;
i) Efeitos fiscais nos impostos indiretos decorrente dos ajustes acima mencionados. Tais ajustes foram testados pela equipe de VAT da EY;
j) Efeitos no resultado do exercício decorrente dos ajustes acima mencionados, que impactaram o resultado do exercício e o patrimônio líquido.
k) Reclassificações para melhor apresentação de saldos originalmente apresentados.
l) Baixa de custos incorridos e capitalizados relacionados à implementação do SAP que não atendem aos requerimentos do CPC 04 / IAS 38 – Ativo intangível.
m) Baixa de passivos superavaliados referente a retenções contratuais;
n) Baixa do montante residual do ativo imobilizado em decorrência do início da parada de 2023.
o) Reconhecimento dos juros sobre parcelamento de ICMS não reconhecidos anteriormente.
q) Segregação entre curto e longo prazo para melhor apresentação.

7. Caixa e equivalentes de caixa

	2023 Reapresentado	2022 Reapresentado
Caixa e Bancos	1.015	365
Aplicações financeiras	16.534	24.271
Total	17.549	24.636

O saldo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 inclui numerário em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que atendem à definição de caixa e equivalentes de caixa.

Durante o exercício de 2023 e 2022, a Companhia obteve um rendimento de 13,23% e 12,85%, respectivamente.

Prática Contábil

Representam numerário em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, vencíveis em até três meses, contados da data da contratação original, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

8. Depósitos vinculados

	2023 Reapresentado	2022 Reapresentado
Depósito vinculado	19.596	31.877
Total	19.596	31.877

A Companhia mantém depósitos em instituições financeiras para cumprimento dos requerimentos da resolução ANP nº 854/2021. Tais aplicações possuem característica de caixa restrito e são movimentadas apenas anualmente, a partir da revisão pela ANP do montante do passivo ambiental da controlada e determinação do valor a ser mantido como depósito vinculado.

Para atendimento aos requerimentos da Resolução ANP 854/2021, a Companhia obteve uma carta fiança junto ao Banco Safra, no valor de R$ 35.648. Assim, manteve depositado como garantia da carta, em 31 de dezembro de 2023, o montante de R$ 19.596. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía depósito em instituição financeira no valor acima demonstrado. Em 2023 e 2022, o rendimento mensal dos depósitos foi de 100% do CDI.

Prática Contábil

Os depósitos vinculados representam garantia dada pela Companhia à ANP com o objetivo de assegurar recursos financeiros para descomissionamento de instalações de produção em campos de petróleo e recuperação ambiental conforme legislação ambiental vigente e requerimentos da ANP.

9. Contas a receber de clientes

	2023 Reapresentado	2022 Reapresentado
Contas a receber	17.450	20.924
Total	17.450	20.924

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não possui contas a receber de clientes dado em garantia. Os vencimentos do contas a receber de clientes estão apresentados abaixo:

	2023 Reapresentado	2022 Reapresentado
Valores a vencer	14.758	18.828
Vencidos		
Até três meses	2.692	2.096
Total	17.450	20.924

A Companhia não possui histórico de perdas de contas a receber, e assim, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não constitui provisão para perdas esperadas de contas a receber.

Prática contábil

O contas a receber de clientes é inicialmente registrado pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e que seja incondicional (ou seja, faz-se necessário somente o transcorrer do tempo para que o pagamento da contraprestação seja devido) e, subsequentemente, mensurado ao custo amortizado.

A companhia reconhece provisão para perdas de crédito esperadas (PCE) para contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de provisões.

A Companhia se utiliza da experiência de perda de crédito histórica não ajustada, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou, ajustada, com base em dados observáveis atuais, para refletir os efeitos das condições atuais e futuras desde que tais dados estejam disponíveis sem custo ou esforços excessivos.

Em geral, para os demais recebíveis, a companhia reconhece provisão por valor equivalente à PCE para 12 meses, entretanto, quando o risco de crédito do instrumento financeiro aumentar significativamente desde o seu reconhecimento inicial, a provisão é reconhecida por valor equivalente à PCE.

Ao avaliar o risco de crédito, a Companhia compara o risco de inadimplência (default) que ocorre no instrumento financeiro na data do balanço com o risco de inadimplência (default) que ocorre no instrumento financeiro na data de seu reconhecimento inicial.

Independentemente da avaliação do aumento significativo no risco de crédito, a Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial quando os pagamentos contratuais estiverem vencidos há mais de 30 dias, exceto quando informações razoáveis e sustentáveis disponíveis demonstrarem o contrário.

A Companhia assume que o risco de crédito de contas a receber não aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial quando as contas a receber possuírem baixo risco de crédito na data do balanço. Baixo risco de crédito é determinado com base em classificações externas de riscos e metodologias internas de avaliação.

Inexistindo controvérsia ou outras questões que podem resultar em suspensão da cobrança, a companhia considera inadimplência quando a contraparte não cumpre com a obrigação legal de pagamento de seus débitos quando devidos ou, a depender do instrumento, quando ocorre atraso de recebimento devido contratualmente em prazo igual ou superior a 90 (noventa) dias.

10. Estoques

	2023 Reapresentado	2022 Reapresentado
Produtos acabados (i)	14.937	9.246
Produtos acabados em poder de terceiros (ii)	8.521	-
Produtos em processo (iii)	5.312	9.380
Materiais e suprimentos (iv)	26.347	18.900
Provisão para obsolescência de estoques	(2.238)	-
Provisão para ajuste ao valor realizável líquido	(1.600)	-
Total	51.279	37.526

(i) Óleo combustível, GLP, enxofre, nafta, água de xisto, gás combustível.
(ii) Óleo combustível OTE estocado em tanques de terceiros. A Companhia firmou em 2023, contrato para arrendamento de tanques para estocagem de óleo combustível junto ao Terin, localizado no porto de Paranaguá (PR)
(iii) Água ácida, óleo de xisto e água oleosa
(iv) Materiais de operações e lastro adquirido de terceiros

A movimentação da provisão para obsolescência dos estoques ao final do exercício de 2023 e 2022 é como segue:

	2023 Reapresentado	2022 Reapresentado
Saldo inicial da provisão para obsolescência	-	-
Constituição	(2.238)	-
Reversão	-	-
Saldo final da provisão para obsolescência	(2.238)	-

A movimentação da provisão para ajuste ao valor realizável líquido dos estoques é como segue:

	2023 Reapresentado	2022 Reapresentado
Saldo inicial da provisão para ajuste ao valor realizável líquido	-	-
Constituição	(1.600)	-
Reversão	-	-
Saldo final da provisão para ajuste ao valor realizável	(1.600)	-

Os estoques de petróleo podem ser comercializados assim como consumidos no processo de produção de seus derivados.

Produtos em processo são formados por correntes de produtos que já passaram por pelo menos uma unidade de processamento na planta, mas que ainda necessitam ser processados, tratados ou convertidos para serem disponibilizados para venda.

Materiais e suprimentos representam, principalmente, insumos de produção e materiais de operação que serão utilizados nas atividades da Companhia e estão demonstrados ao custo médio de compra.

Os estoques estão ajustados ao valor de realização com provisões para redução a valor de mercado e provisões, quando necessário.

Prática Contábil

Os estoques são mensurados pelo seu custo médio ponderado de compra ou de produção e são ajustados ao seu valor de realização líquido, quando este for inferior ao valor contábil.

O valor de realização líquido compreende o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e dos gastos para se concretizar a venda. As variações dos preços de venda após a data base das demonstrações financeiras são consideradas no cálculo do valor realizável líquido, à medida que confirmem as condições existentes na referida data base.

Materiais e suprimentos são avaliados pelo custo médio de compra, quando este não excede ao custo de reposição.

Provisões para obsolescência de materiais e suprimentos são determinadas por referência a itens específicos de estoque, através de revisão periódica a fim de determinar a extensão de eventual necessidade de provisão. A classificação das perdas por obsolescência no resultado está apresentada no custo dos produtos vendidos.

11. Imobilizado

O ativo imobilizado está representado da seguinte forma:

	Terrenos	Edificações e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Ativos em construção	Direitos de uso	Total
Saldo em 1° de outubro de 2022	-	-	-	-	-	-
Aporte de ativo imobilizado (i)	476	49.838	94.086	5.796	-	150.196
Adições	-	-	-	669	-	669
Perdas por *Impairment* (ii)	-	(4.512)	(511)	-	-	(5.023)
Transferências (ii)	-	-	(2.645)	-	5.467	2.822
Depreciação	-	(514)	(24.489)	-	(675)	(25.678)
Saldo em 31 de dezembro de 2022 (reapresentado)	476	44.812	66.441	6.465	4.792	122.986
Custo	476	45.326	90.930	6.465	5.467	148.664
Depreciação acumulada	-	(514)	(24.489)	-	(675)	(25.678)
Saldo em 31 de dezembro de 2022 (reapresentado)	476	44.812	66.441	6.465	4.792	122.986
Adições	-	-	1.620	70.651	2.196	74.467
Baixas	-	-	(9.059)	-	-	(9.059)
Transferências	-	(2.404)	76.202	(73.798)	-	-
Depreciação	-	(1.882)	(69.626)	-	(3.160)	(74.668)
Saldo em 31 de dezembro de 2023 (Reapresentado)	476	40.526	65.578	3.318	3.828	113.726
Custo	476	42.922	159.693	3.318	7.663	214.072
Depreciação acumulada	-	(2.396)	(94.115)	-	(3.835)	(100.346)
Saldo em 31 de dezembro de 2023 (Reapresentado)	476	40.526	65.578	3.318	3.828	113.726
Tempo de vida útil em anos	-	18-21	2	-	1-5	-

(i) Refere-se ao valor de ativos líquidos incorporados conforme descrito na Nota 1.
(ii) Refere-se ao contrato de arrendamento firmado entre a Companhia e a vendedora como parte do contrato de compra e venda referente a certas instalações da planta. A Companhia se tornou arrendadora do ativo e portanto, houve a reclassificação do saldo correspondente ao arrendamento, conforme Nota 16.a. O valor contábil líquido dos ativos arrendados no montante de R$ 7.668 excedeu o seu valor recuperável de R$ 2.645, e portanto, foi reconhecida a perda por valor recuperável no montante de R$ 5.023

Prática contábil

Os ativos imobilizados estão demonstrados pelos custos de aquisição ou custos de construção, que compreendem também os custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo em condições de operação, bem como, quando aplicável, deduzido da depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos - *impairment.*

Os gastos com grandes manutenções planejadas efetuadas para restaurar ou manter os padrões originais de desempenho das unidades industriais são reconhecidos no ativo imobilizado quando o prazo de campanha for superior a doze meses e houver previsibilidade das campanhas. Esses gastos são depreciados pelo período previsto até a próxima grande manutenção, que tipicamente ocorrem a cada dois anos. Os gastos com as manutenções que não atendem a esses requisitos são reconhecidos como despesas ou custo do produto vendido no resultado do exercício, a depender da alocação e uso do ativo.

As peças de reposição e sobressalentes com vida útil superior a um ano e que só podem ser utilizados em conexão com itens do ativo imobilizado são reconhecidos e depreciados junto com o bem principal.

Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo for tecnicamente e comercialmente viável, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis e se a Companhia tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia não incorreu em gastos com desenvolvimento de novas áreas de exploração.

A depreciação é calculada com base no método linear ao longo da vida útil estimada dos ativos. A Companhia revisa o valor residual estimado e a esperada vida útil dos ativos ao menos anualmente. Em particular, a Companhia considera o impacto da saúde, segurança e legislação ambiental na avaliação do valor residual estimado e a esperada vida útil dos ativos.

Os ativos de direito de uso são apresentados como parte do ativo imobilizado e, de acordo com as vidas úteis de seus respectivos ativos subjacentes e as características dos contratos de arrendamento (prazo, transferência do ativo ou exercício de opção de compra), são depreciados pelo método linear com base nos prazos contratuais.

O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva quando for o caso.

12. Intangível

O ativo intangível em 31 de dezembro de 2023 e 2022 está representado da seguinte forma:

	Software	Intangível em andamento	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021 (não auditado)	3	-	3
Saldo em 31 de dezembro de 2022 (Reapresentado)	3	-	3
Adições	-	23.402	23.402
Baixas	(6.005)	-	(6.005)
Transferências (i)	22.846	(22.846)	-
Amortização	(349)	-	(349)
Saldo em 31 de dezembro de 2023 (Reapresentado)	16.495	556	17.051
Custo	16.844	556	17.400
Amortização acumulada	(349)	-	(349)
Saldo em 31 de dezembro de 2023 (Reapresentado)	16.495	556	17.051
Tempo de vida útil em anos	1 - 25		

(i) Em 1º de setembro de 2023, a Companhia concluiu a primeira fase da instalação do ERP (SAP HANA) e demais sistemas suportes.

Prática contábil

Os ativos intangíveis são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou pelo valor justo quando adquiridos em uma combinação de negócios, deduzido da amortização acumulada e, se aplicável, da perda acumulada por redução ao valor recuperável. Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam.

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, revisada a cada data de balanço, sendo as seguintes: Softwares 1-25 anos.

Não houve indicadores de que o valor contábil do ativo intangível exceda o valor recuperável em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

13. Fornecedores

	2023 Reapresentado	2022 Reapresentado
Fornecedores nacionais	33.818	47.063
Fornecedores estrangeiros	2.003	-
Total	35.821	47.063

14. Adiantamento de clientes

	2023 Reapresentado	2022 Reapresentado
Adiantamento de clientes	39.028	-
Total	39.028	-

Valores referentes ao recebimento antecipado de clientes, vinculados a venda de produtos.

15. Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os saldos de transações entre partes relacionadas eram compostos como segue:

	2023 Reapresentado	2022 Reapresentado
Ativo circulante		
Operações de mútuo (i)	72	40.317
Ativo não circulante		
Operações de mútuo (ii) (iii)	58.431	-
Conta corrente (iv)	1.312	-
Total	59.815	40.317

(i) Refere-se ao contrato de mútuo firmado entre a companhia e o Samas Klub, no dia 20 de dezembro de 2023, no valor de R$72. Tal mútuo tem prazo de vencimento em 19 de dezembro de 2024 e taxa e juros de 11,75% ao ano. Com relação ao saldo em 31 de dezembro de 2022, refere-se ao contrato de mútuo firmado entre a Companhia e sua controladora (Forbes Resources Brasil Holding S.A), no dia 23 de dezembro de 2022, no valor de R$ 40.000. Tal mútuo tem prazo de vencimento em 23 de março de 2023 e taxa de juros de 2,5% a.a. O valor foi totalmente recebido em julho de 2023.
(ii) Refere-se ao contrato de mútuo firmado entre a companhia e sua controladora (Forbes Resources Brasil Holding S.A), no dia 28 de setembro de 2023, no valor de R$29.905. Tal mútuo tem prazo de vencimento em 28 de setembro de 2025 e não haverá a incidência de juros nesta operação de mútuo
(iii) Refere-se ao contrato de mútuo firmado entre a companhia e sua controladora (Forbes Resources Brasil Holding S.A), no dia 27 de dezembro de 2023, no valor de R$28.525. Tal mútuo tem prazo de vencimento em 27 de dezembro de 2025 e não haverá a incidência de juros nesta operação de mútuo.
(iv) Durante o exercício, a Companhia realizou certos pagamentos em nome da sua controladora, Forbes Resources Brazil Holding, que serão reembolsados em data a ser definida entre as partes. O saldo a receber da controladora em 31 de dezembro de 2023 era R$ 1.312.

	2023 Reapresentado	2022 Reapresentado
Resultado		
Receita de juros sobre o mútuo a receber	469	22
Total	469	22

Remuneração do pessoal chave da administração

A remuneração da Diretoria Estatutária é composta por salários mensais, benefícios (seguro de vida, assistência médica, farmácia, vale-refeição, vale-alimentação, vale-combustível) buscando um alinhamento à mediana do mercado selecionado, bem como às práticas adotadas no pacote de benefícios atuais de mercado. A remuneração paga ao pessoal-chave da administração por categoria é como segue:

	2023	2022
Remuneração fixa e encargos	3.336	430
Remuneração variável	139	56
Total	**3.475**	**486**

16. Arrendamentos

a) Contas a receber de arrendamento financeiro (arrendadora)

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a movimentação do contas a receber referente ao contrato no qual a Companhia é arrendadora, está demonstrada a seguir.

i) Referente a 31 de dezembro de 2023:

	Saldos em 31.12.2022	Recebimentos	Receita de juros	Transferências	Saldos em 31.12.2023
Curto Prazo	377	(399)	-	372	350
Longo Prazo	2.322	-	341	(372)	2.291
	2.699	(399)	341	-	2.641

Os recebimentos de arrendamento financeiro referente a 31 de dezembro de 2023 estão detalhados a seguir:

Ano	R$
2024	350
2025	307
2026	270
2027	237
2028 em diante	1.477
Em 31 de dezembro de 2023	2.641

ii) Referente a 31 de dezembro de 2022:

	Saldos em 31.12.2021 (não auditados)	Novos contratos	Receita de juros	Transferências	Saldos em 31.12.2022
Curto Prazo	-	-	-	377	377
Longo Prazo	-	2.645	54	(377)	2.322
	-	2.645	54	-	2.699

Os recebimentos mínimos de arrendamento mercantil financeiro em 31 de dezembro de 2022 estão detalhados a seguir:

Ano	R$
2023	377
2024	308
2025	271
2026	238
2027 em diante	1.505
Em 31 de dezembro de 2022	2.699

O arrendamento mercantil financeiro é representado pelo contrato de locação da planta de pesquisa e desenvolvimento de propriedade da Paraná Xisto, celebrado com a Petrobras, e possui prazo de 20 anos, com parcelas vencíveis mensalmente.

b) Passivo de arrendamento (arrendatária)

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a movimentação dos contratos de arrendamento no qual a Companhia é arrendatária está demonstrada a seguir:

i) Referente a 31 de dezembro de 2023:

	Saldo em 31.12.2022	Novos contratos	Remensurações	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Encargos	Transferências	Saldo final em 31.12.2023
Curto Prazo	3.041	-	(21)	(2.759)	(641)	641	3.274	3.535
Longo Prazo	2.178	1.760	457	-		-	(3.274)	1.121
	5.219	1.760	436	(2.759)	(641)	641	-	4.656

ii) Referente a 31 de dezembro de 2022:

	Saldo em 01.10.2022	Novos contratos	Pagamento de principal	Pagamento de Juros	Encargos	Transferências	Saldo final em 31.12.2022
Curto Prazo	-	-	(248)	(161)	161	3.289	3.041
Longo Prazo	-	5.467	-		-	(3.289)	2.178
	-	5.467	(248)	(161)	161	-	5.219

A Companhia estimou as taxas de desconto, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para o prazo do seu contrato. A taxa utilizada no cálculo foi de 13,25% a.a. em 31 de dezembro de 2023 (13,75% em 31 de dezembro de 2022).

Em 31 de dezembro de 2023, os fluxos dos contratos de arrendamento, por vencimento, é como segue:

	R$
2024	3.535
2025	382
2026	337
2027	298
2028 em diante	104
Em 31 de dezembro de 2023	4.656

Em 31 de dezembro de 2022, os fluxos dos contratos de arrendamento, por vencimento, é como segue:

	Valor presente
2023	3.041
2024	2.178
Em 31 de dezembro de 2022	5.219

O arrendamento é representado pelo contrato de locação da caldeira industrial da companhia.

Prática contábil

Para contratos em que a Companhia é arrendatária

Os passivos de arrendamento, são mensurados pelo valor presente dos pagamentos dos arrendamentos sem refletir a inflação futura projetada, que levam em consideração impostos a recuperar, bem como prazos não canceláveis e opções de extensão quando forem razoavelmente certas.

Os fluxos de pagamentos são descontados pela taxa incremental nominal sobre empréstimos da Companhia, visto que as taxas de juros implícitas nos contratos de arrendamento com terceiros normalmente não podem ser prontamente determinadas.

Remensurações no passivo de arrendamento geralmente refletem alterações oriundas de índices ou taxas contratuais, bem como nos prazos dos arrendamentos devido a novas expectativas de prorrogações ou rescisões do arrendamento.

Os juros incorridos atualizam o passivo de arrendamento e são classificados como despesas financeiras, enquanto os pagamentos reduzem o seu valor contábil.

Os pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo (prazo de 12 meses ou menos) ou pagamento variáveis são reconhecidos como despesas ao longo do prazo do contrato.

Para contratos em que a Companhia é arrendadora

Quando a companhia é arrendadora de um bem de contrato classificado como arrendamento financeiro, constitui-se um recebível por valor igual ao investimento líquido no arrendamento, composto pelos pagamentos do arrendamento a receber e qualquer valor residual não garantido de responsabilidade da companhia, descontados pela taxa de juros implícita da operação.

A perda de crédito sobre um ativo financeiro é mensurada pela diferença entre todos os fluxos de caixa contratuais devidos à companhia e todos os fluxos de caixa que a companhia espera receber, descontados à taxa efetiva original.

17. Provisão para desmantelamento de áreas e gastos ambientais

A companhia tem obrigações legais com vistas à recuperação das áreas impactadas pelas atividades de mineração do xisto betuminoso e garantir uso futuro seguro da área do empreendimento. A reabilitação das áreas degradadas é conduzida sistematicamente ao longo da vida operacional das minas. Com isso, os danos causados para preparar a mina para o início da produção já são em grande parte reabilitados nos anos seguintes.

	2023 Reapresentado	2022 Reapresentado
Provisão para desmantelamento de áreas	73.213	79.262
Provisão com gastos ambientais	16.586	25.086
Total	**89.799**	**104.348**
Circulante	14.256	10.145
Não circulante	75.543	94.203

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o saldo provisionado refere-se a valores constituídos com objetivo de compensação ambiental assumidos pela Companhia no curso de suas operações, e em atendimento a resolução 854/2021 da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), que visa garantir a recuperação ambiental das áreas impactadas pelas atividades de mineração.

A movimentação da provisão para desmantelamento de áreas e gastos ambientais durante o exercício é como segue:

	2023 Reapresentado	2022 Reapresentado
Saldo Inicial	104.348	-
Combinação de negócios	-	102.927
(+) Provisão para desmantelamento de áreas	-	30.952
(-) Pagamentos realizados com recuperação ambiental	(10.145)	-
(-) Reversão de provisão para desmantelamento de áreas	(18.994)	-
Provisão/(Reversão) AVP para desmantelamento de áreas	14.590	(29.531)
Saldo Final	89.799	104.348

A variação da provisão no período de três meses compreendido entre 1º de outubro e 31 de dezembro de 2022 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 reflete o processo de reavaliação periódica dos gastos futuros esperados pela Administração e a melhor expectativa de desembolsos a serem feitos pela Companhia para recuperação das áreas desmanteladas, além dos gastos com recuperação ambiental incorridos de forma concomitante ao processo produtivo da Companhia. As variações da provisão pela passagem do tempo e revisão dos gastos futuros estimados são revistos e atualizados pela Companhia a cada encerramento de exercício.

Prática contábil

O reconhecimento das obrigações legais recuperação ambiental das áreas impactadas pelas atividades de mineração de xisto betuminoso ocorre à medida que as atividades de desenvolvimento e produção das minas são realizadas. Os danos ambientais são substancialmente provenientes da fase produtiva das minas e, considerando que o processo de remoção de estéril ocorre de forma praticamente concomitante à extração de xisto, a contrapartida do reconhecimento da provisão para as respectivas recuperações ambientais das áreas compõe os custos de produção.

As estimativas são revisadas periodicamente com base nas informações atuais sobre custos e planos de recuperação esperados. Em conformidade com o CPC 25 / IAS 37 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - as provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Os efeitos das taxas de desconto utilizados para atualização da provisão são reconhecidos como resultado financeiro.

18. Provisão para riscos

A Companhia constitui provisões em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e para as quais uma estimativa confiável possa ser realizada.

Os processos judiciais que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para a qual não possa ser feita uma estimativa suficientemente confiável do valor da saída de recursos, não são reconhecidos, mas são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de saída.

Até 31 de dezembro de 2023, não há processos em que a Companhia seja demandante ou demandada, classificados como prováveis. Contudo, a Companhia é parte em outros processos para os quais a Administração, com base na avaliação de seus assessores legais, internos e externos, constituiu provisões para riscos. Em 31 de dezembro de 2023, os processos cuja expectativa de perda é considerada possível totalizam R$1.941.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia reconheceu uma provisão para riscos no montante de R$ 6.418, relativa a recolhimento de ICMS nas operações de venda triangular de óleo armazenado em estoque de terceiros. Com base em pareceres e avaliações técnicas de assessores jurídicos da Companhia, em eventuais discussões judiciais sobre o tema, a probabilidade de perda e desembolso por parte da Companhia é provável e assim, o montante correspondente foi provisionado como passivo fiscal contingente.

Os valores provisionados para riscos são os demonstrados a seguir:

	Tributária	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021 (não auditado)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	-
Adições	4.034	4.034
Atualização monetária	2.384	2.384
Saldo em 31 de dezembro de 2023	6.418	6.418

Prática contábil

A companhia reconhece provisões para perdas em processos judiciais e administrativos nos casos em que as avaliações técnicas de seus assessores jurídicos e julgamentos da Administração consideram provável o desembolso de caixa futuro e sejam atendidas as demais condições para o reconhecimento de uma provisão.

Os passivos contingentes com expectativa de perda provável que não podem ter seu valor mensurado e aqueles com expectativa de perda possível são divulgados em notas explicativas. A metodologia adotada para mensuração das provisões está descrita na nota explicativa 4.2.

Os ativos contingentes não são reconhecidos, mas são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for provável. Caso a entrada de benefícios econômicos seja praticamente certa, o ativo relacionado não é um ativo contingente e seu reconhecimento é adequado.

19. Tributos

19.1. Imposto de renda e contribuição social

A composição do imposto de renda e contribuição social em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é como segue:

	Ativo Circulante		Ativo Não Circulante		Passivo Circulante		Passivo Não Circulante	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
	(Reapresentado)		(Reapresentado)		(Reapresentado)		(Reapresentado)	
IR	2.723	-	-	-	-	8.580	-	-
CSLL	1.206	-	-	-	-	2.660	-	-
IR Parcelamento	-	-	-	-	2.401	-	7.762	-
CSLL Parcelamento	-	-	-	-	705	-	2.280	-
Diferido								
Imposto de renda	-	-	47.599	34.502	-	-	-	-
Contribuição social	-	-	17.135	12.420	-	-	-	-
Total	3.929	-	64.734	46.922	3.106	11.240	10.042	-

Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos registrados estão apresentados a seguir:

	2023 Reapresentado	2022 Reapresentado
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos	(112.137)	15.153
Crédito de imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	38.126	(5.152)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:		
Exclusões/(Adições), líquidas		
Ativo fiscal diferido não constituído sobre prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	(18.085)	-
Permanentes	(2.219)	(144)
Outros	(10)	1.878
Imposto de renda e contribuição social	**17.812**	**(3.418)**
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17.812	11.927
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	(15.345)
Total	**17.812**	**(3.418)**
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	15,9%	22,6%

19.1 Tributos diretos - diferido

O quadro a seguir demonstra a composição do ativo fiscal diferido líquido em 31 de dezembro:

Ativo fiscal diferido	2023 Reapresentado	2022 Reapresentado
Arrendamento (contas a receber de arrendamento)	70	56
Diferença de depreciação	21.260	6.891
Provisão para desmantelamento de áreas	24.893	26.949
Provisão ambiental	5.639	8.529
Ativo de direito de uso (apresentado como imobilizado)	1.559	1.689
Provisão para contingências tributárias	2.182	-
Outras provisões	3.061	928
Provisão para perdas de estoque	1.305	-
Cut-off venda futura	2.759	-
Impairment	1.709	1.709
Outros	297	171
Total	**64.734**	**46.922**

Realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos

A Administração considera que os tributos fiscais diferidos sobre diferenças temporárias serão realizados na proporção da realização destas diferenças - receitas, despesas e da resolução final dos eventos futuros, ambos baseados em projeções efetuadas.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não constituiu ativo fiscal diferido sobre prejuízo fiscal e base negativa de CSLL. O saldo acumulado de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL em 31 de dezembro de 2023 era R$ 53.190.

Prática contábil

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício são reconhecidas no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido, compreendendo os impostos correntes e diferidos.

Estes tributos são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de IRPJ de 10% sobre o lucro tributável (lucro real) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável (lucro real) para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando-se a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável (lucro real) do exercício.

a) Imposto de renda e contribuição social correntes

São calculados com base no lucro tributável apurado conforme legislação pertinente e alíquotas vigentes no final do período que está sendo reportado. As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro são avaliadas periodicamente, levando em consideração a probabilidade de aceitação pela autoridade fiscal.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos quando existe direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos e quando há intenção de liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

São geralmente reconhecidos sobre as diferenças temporárias apuradas entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis, e mensurados pelas alíquotas que se espera que sejam aplicáveis no exercício quando for realizado o ativo ou liquidado o passivo, com base nas alíquotas (e legislação fiscal) que estejam promulgadas ou substantivamente promulgadas ao final do exercício que está sendo reportado.

O ativo fiscal diferido é reconhecido para todas as diferenças temporárias dedutíveis, inclusive para prejuízos e créditos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável a existência de lucro tributável contra o qual a diferença temporária dedutível possa ser utilizada, a não ser que o ativo fiscal diferido surja do reconhecimento inicial de ativo ou passivo na transação que não é uma combinação de negócios e no momento da transação não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são apresentados líquidos, quando existe direito legalmente executável à compensação dos ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária, na mesma entidade tributável ou nas entidades tributáveis diferentes que pretendem liquidar os passivos e os ativos fiscais correntes em bases líquidas, ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam liquidados ou recuperados.

19.2. Demais impostos e contribuições

Demais impostos e contribuições	Ativo Circulante		Ativo Não Circulante		Passivo Circulante		Passivo Não Circulante	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
	(Reapresentado)		(Reapresentado)		(Reapresentado)		(Reapresentado)	
ICMS	604	556	662	524	15.123	4.163	-	-
PIS/COFINS	-	3.267	10.044	2.952	2.623	3.342	-	-
Royalties	-	-	-	-	1.225	1.258	-	-
Imposto de renda retido na fonte		-	-	-	-	410	-	-
IOF	-	-	-	-	525	300	-	-
ICMS Parcelamento	-	-	-	-	18.999	-	21.064	-
Outros	2.006	5	-	-	3.267	267	-	-
Total	2.610	3.828	10.706	3.476	41.762	9.740	21.064	-

20. Patrimônio líquido

20.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social, subscrito e integralizado, no valor de R$ 267.823, está representado por 267.822.941 de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Em 31 de dezembro de 2022, o capital social subscrito e integralizado, era de R$ 209.444 e era representado por 209.443.884 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. O capital social em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foi assim constituído:

- Aporte inicial de capital em 05 de janeiro de 2021 – R$ 304 – correspondente à 303.820 ações;
- Aporte de capital em 28 de junho de 2022 – R$ 8.550 – correspondente à 8.550.000 ações;
- Aporte de capital em 28 de setembro de 2022 – R$ 196 – correspondente à 196.180 ações;
- Aporte de capital através da incorporação dos ativos cindidos líquidos da Unidade de Industrialização do Xisto ("SIX") em 1º de outubro de 2022 – R$ 184.211 – correspondente à 184.210.693 ações;
- Aporte de capital em 20 de outubro de 2022 – R$ 16.183 – correspondente à 16.183.190 ações.
- Aporte de capital em 21 de dezembro de 2023 – R$ 58.379 – correspondente à 58.379.058 ações.

Prática contábil

O capital social está representado por ações ordinárias. Os gastos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações são apresentados como dedução do patrimônio líquido, como transações de capital, líquido de efeitos tributários.

20.2. Reserva de capital

Em 1º de outubro de 2022, em Assembleia Geral Extraordinária, a vendedora aprovou o aumento de capital da Companhia no valor de R$ 194.211, sendo R$ 184.211 destinados à conta de capital social e R$ 10.000 destinados à formação de Reserva de Capital, nos termos do artigo 14, parágrafo único, da Lei nº 6.404/1976.

Em 10 de outubro de 2022, a Companhia recomprou da sua então controladora – Petrobras, o equivalente à 8.491.605 ações no valor de R$ 8.492, mediante a utilização do saldo da Reserva de capital, sem redução do capital social, para manutenção em tesouraria, nos termos do artigo 30, parágrafo 1º, alínea b da Lei das Sociedades por Ações.

	2022
Aporte de capital em 01 de outubro de 2022	10.000
Recompra de ações em 10 de outubro de 2022	(8.492)
Total	**1.508**

20.3. Reservas de lucros

Reserva legal

A Companhia constituiu R$ 587 de reserva legal em para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a companhia apurou prejuízo, o que impossibilitou a constituição da reserva legal conforme o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações.

20.4. Destinação do resultado e dividendos

Dividendos

Os acionistas terão direito, em cada exercício, aos dividendos, que não poderão ser inferiores a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações, rateados pelas ações em que se dividir o capital da companhia. O estatuto social prevê que os acionistas poderão aprovar dividendos adicionais ao mínimo obrigatório.

Em 31 de dezembro de 2022 a companhia não constituiu reserva de dividendos uma vez que o lucro do período de 2022 não foi suficiente para superar o prejuízo acumulado. Em 31 de dezembro de 2023 a companhia auferiu prejuízo e não constituiu reserva de dividendos.

Prática contábil

A parcela dos dividendos prevista no estatuto ou que represente o dividendo mínimo obrigatório é reconhecida como passivo. Qualquer excesso deve ser mantido no patrimônio líquido, na conta de dividendo adicional proposto, até a deliberação definitiva a ser tomada pelos acionistas na Assembleia Geral Ordinária (AGO).

21. Receita líquida de vendas

	2023 Reapresentado	2022 Reapresentado
Receita bruta de vendas	560.793	168.711
(-) Devoluções de vendas	(3.086)	(180)
(-) Descontos comerciais condicionais	(745)	-
(-) Impostos sobre vendas (*)	(135.945)	(44.487)
Receita líquida de vendas	421.017	124.044

(*) Inclui PIS, COFINS e ICMS.

Receita líquida de vendas no mercado interno - por produto	2023 Reapresentado	2022 Reapresentado
Óleo de xisto	328.506	91.467
Gás de xisto	23.429	7.402
Nafta	50.736	16.628
Gás liquefeito de petróleo (GLP)	8.369	4.968
Enxofre	9.857	3.548
Água de xisto	120	31
Receita líquida de vendas – por produto	421.017	124.044

Prática contábil

A Companhia avalia os contratos com clientes que serão objeto de reconhecimento de receitas e identifica os bens prometidos em cada um deles.

São consideradas obrigações de performance as promessas de transferir ao cliente bem (ou grupo de bens) que seja distinto, ou uma série de bens que sejam substancialmente os mesmos e que tenham o mesmo padrão de transferência para o cliente.

A Companhia mensura a receita pelo valor da contraprestação à qual espera ter direito em troca das transferências dos bens prometidos ao cliente, excluindo quantias cobradas em nome de terceiros, e quando é provável que a Companhia receberá a contraprestação pela venda. Os preços das transações têm como base preços declarados em contratos, os quais refletem metodologias e políticas de preços da Companhia baseadas em parâmetros de mercados.

A Companhia concede abatimentos a clientes com base em cláusulas contratuais firmadas, quando volumes pré-determinados contratualmente são atingidos. Esses abatimentos são considerados uma forma de contraprestação variável e são estimados e reconhecidos como uma redução da receita no momento em que a venda é reconhecida, levando em consideração a probabilidade de que os clientes atinjam os volumes pré-determinados que lhes dão direito aos abatimentos. Os abatimentos concedidos são apresentados como deduções da receita bruta na demonstração do resultado do exercício.

Ao transferir um bem, ou seja, quando o cliente obtém o controle desse, a Companhia satisfaz à obrigação de performance e reconhece a respectiva receita, o que geralmente ocorre em momentos específicos no tempo no ato da entrega do produto.

22. Custo dos produtos e serviços vendidos

22.1. Custos dos produtos e serviços vendidos

	2023 Reapresentado	2022 Reapresentado
Matérias-primas, materiais, serviços contratados e outros	(241.603)	(53.173)
Custos com capacidade ociosa (i)	(60.854)	-
Depreciação e amortização	(72.632)	(25.636)
Royalties	(11.589)	(3.656)
Frete	(10.967)	(2.013)
Armazenagem	(6.132)	-
Provisão para perda de estoques	(3.838)	-
Gastos com pessoal	(29.012)	(9.026)
Baixa de ativos	(9.059)	-
Outros	(1.434)	(3.491)
Total	(447.120)	(96.995)

(i) Refere-se aos custos da planta referente ao período que a companhia esteve em parada programada.

22.2. Despesas de vendas

	2023 Reapresentado	2022 Reapresentado
Gastos com pessoal	(1.337)	(155)
Serviços contratados	(2.761)	(310)
Depreciação	(98)	(43)
Outros	(1.334)	(392)
Total	(5.530)	(900)

22.3. Despesas gerais e administrativas

	2023 Reapresentado	2022 Reapresentado
Serviços profissionais	(23.528)	(7.118)
Gastos com pessoal	(17.473)	(1.532)
Baixa de ativos	(6.005)	-
Depreciação e amortização	(2.286)	-
Utilidades e serviços	(794)	-
Aluguéis	(1.142)	-
Despesas gerais	(2.360)	(15)
Total	(53.588)	(8.665)

Prática contábil

Os custos dos produtos e serviços vendidos das mercadorias vendidas compreende o registro do custo de produção - incluindo custo dos materiais diretos e mão de obra, e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal dos respectivos produtos vendidos - e inclui os custos de royalties decorrentes da produção de xisto.

23. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	2023 Reapresentado	2022 Reapresentado
Receita com aluguéis	188	482
Multas contratuais comerciais	-	112
Provisão para riscos tributários	(4.034)	-
Outras	3.136	(277)
Total	**(710)**	**317**

24. Resultado financeiro, líquido

	2023 Reapresentado	2022 Reapresentado
Receitas financeiras		
Receita com recebíveis de ativos financeiros	-	481
Receita com aplicações financeiras	5.906	1.590
Receita de juros comerciais	86	394
Receita de juros sobre o arrendamento	341	54
Receita de juros sobre o mútuo	469	22
Outras receitas financeiras	1.026	-
	7.828	**2.541**
Despesas financeiras		
Despesas com ajuste a valor presente - provisão de desmantelamento de áreas	(14.590)	-
Despesas financeiras com arrendamento	(641)	(161)
Despesas com juros e atualização monetária	(15.768)	-
Outros	(3.035)	(5)
	(34.034)	**(166)**
Resultado financeiro líquido	**(26.206)**	**2.375**

25. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

25.1. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas diante das condições vigentes no mercado.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo. Os resultados estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da companhia. Durante os exercícios de 2023 e 2022 não foram identificados derivativos embutidos nas operações da companhia.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia e estão demonstradas abaixo:

	2023 Reapresentado	2022 Reapresentado
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	17.549	24.636
Contas a receber de clientes	17.450	20.924
Contas a receber de arrendamento	350	377
Partes relacionadas	72	40.317
Outros ativos	3.888	953
Despesas antecipadas	2.003	-
	41.312	87.207
Não circulante		
Depósitos vinculados	19.596	31.877
Contas a receber de arrendamentos	2.291	2.322
Partes relacionadas	59.743	-
Adiantamento a terceiros	-	539
	81.630	34.738
Total	122.942	121.945
Passivo		
Circulante		
Fornecedores	35.821	47.063
Passivo de arrendamentos	3.535	3.041
Outros passivos	7.034	2.170
	46.390	52.274
Não circulante		
Passivo de arrendamentos	1.121	2.178
Outros passivos	168	-
	1.289	2.178
Total	47.679	54.452

25.2. Mensuração dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia estão mensurados ao custo amortizado. Os valores justos desses instrumentos financeiros são equivalentes aos seus valores contábeis.

25.3. Gerenciamento dos riscos

A gestão de riscos da Companhia é realizada por seus diretores, com base na política corporativa para gerenciamento de riscos de sua controladora. Esta política visa contribuir para um balanço adequado entre os seus objetivos de crescimento e retorno e seu nível de exposição a riscos, quer inerentes ao próprio exercício das suas atividades, quer decorrentes do contexto em que ela opera, de modo que, através da alocação efetiva dos seus recursos físicos, financeiros e humanos, a Companhia possa atingir suas metas estratégicas.

As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

25.3.1. Risco de crédito

A política de gestão de risco de crédito visa minimizar a possibilidade de não recebimento de vendas efetuadas e de valores aplicados, depositados ou garantidos por instituições financeiras e de contrapartes, mediante a análise, concessão e gerenciamento dos créditos, utilizando parâmetros quantitativos e qualitativos.

A Companhia está exposta ao risco de crédito das instituições financeiras decorrentes da administração de seu caixa. A Administração avalia que os riscos de crédito associados aos saldos de caixa e equivalentes de caixa são reduzidos, em função de suas operações com instituições financeiras brasileiras de reconhecida liquidez.

25.3.2. Risco de liquidez

A Companhia utiliza seus recursos, principalmente, com despesas de capital de giro. Historicamente, as condições são atendidas com recursos gerados internamente, por dívidas de curto prazo, transações de vendas e aportes da controladora, quando necessário. Estas origens de recursos, somadas à posição financeira da Companhia, tendem a continuar permitindo o cumprimento dos requisitos de capital estabelecidos de forma corporativa. Todos os passivos financeiros da Companhia possuem vencimento menor que um ano, com exceção do passivo de arrendamento e impostos parcelados que tem expectativa de realização no longo prazo.

25.3.3. Riscos de mercado

25.3.3.1. Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não possuía exposição material à risco de taxa de juros

25.3.3.2. Risco de preços de petróleo e derivados

A Companhia está exposta ao risco de variação dos preços internacionais de petróleo. Essa commodity está sujeita a impactos de fatores macroeconômicos e geopolíticos alheios ao controle da Companhia.

25.3.3.3. Risco de câmbio

A Companhia está exposta ao risco cambial de operações estrangeiras decorrente das diferenças entre as moedas nas quais envolvem as empréstimos e financiamentos e operações de mútuos, principalmente o USD - dólar americano.

O risco de taxa cambial refere-se às alterações das taxas de câmbio de moeda estrangeira que possam fazer com que a Companhia incorra em perdas não esperadas, levando a uma redução dos ativos ou aumento das obrigações. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentava a seguinte exposição líquida à variação cambial em ativos e passivos em operações com moedas estrangeiras (USD):

	31/12/2023
Despesas antecipadas	2.003
Fornecedores	(2.003)
Exposição cambial, líquida	-

26. Compromissos e garantias

Em 4 de novembro de 2022, o Conselho de Administração Companhia aprovou a interveniência e anuência, bem como a outorga de garantia fidejussória adicional, na forma de fiança, pela Companhia, no âmbito da emissão de debêntures conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, para colocação privada, no valor total de R$ 266.225, da Forbes Resources Brazil Holding S.A. ("FRBH"), celebrado em 19 de outubro de 2022 entre a FRBH e o LCM 1-A Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior, fundo de investimento inscrito no CNPJ/ME sob o nº 46.280.261/0001-03 ("Fundo LCM" e, conforme aditada de tempos em tempos, a "Escritura de Emissão"). Dessa forma, a Companhia se tornou garantidora das debêntures emitidas por sua controladora, através de garantias sobre a totalidade de recebíveis e direitos creditórios, títulos no óleo e gás de xisto, entre outros.

27. Eventos subsequentes

Em 24 de abril de 2024, foi celebrado o contrato para colocação de uma debênture internacional (*"bond"*) da Forbes Resources Brazil Holding S.A., controladora da Paraná Xisto S.A. O documento original com valor total de US$ 80.000 foi celebrado entre a Forbes Resources Brazil Holding S.A. e a Nordic Trustee AS, companhia sediada na Noruega. A Companhia é garantidora deste instrumento emitido por sua controladora, uma vez que a integralidade de suas ações foram colocadas em garantia no contexto da referida operação.

A controladora Forbes Resources Brazil Holding S.A. não cumpriu certos índices financeiros que fazem parte do contrato acima referido em 31 de dezembro de 2024. Até a data da aprovação para divulgação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração do Grupo não obteve o *waiver* dos debenturistas sobre o vencimento antecipado da dívida, que tem como garantia a totalidade das ações da Companhia.